

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

A OBRA MISSIONÁRIA DOS PORTUGUESES. CONFERÊNCIA PRONUNCIADA NO LICEU RODRIGUES DE FREITAS, NO DIA 6 DE ABRIL DE 1935.

LIMA, Augusto César Pires de

Ano: 1936 | Número: 46

Como citar este documento:

LIMA, Augusto César Pires de, A Obra Missionária dos Portugueses. Conferência pronunciada no Liceu Rodrigues de Freitas, no dia 6 de Abril de 1935. *Revista de Guimarães*, 46 (1-2) Jan.-Jun. 1936, p. 73-92.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt

URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

A Obra Missionária dos Portugueses

(Continuação do vol. XLV, pág. 123)

VI

Um pouco de História

Classificada a obra dos descobrimentos e conquistas como *cruzada* permanente de um Estado Cristão, escreve Monsenhor Alves da Cunha ⁽¹⁾, o Papa, como chefe da Igreja, outorgava a posse jurídica das novas terras ao Rei de Portugal. A bula de Calisto III, de 13 de Março de 1455, concedia à Ordem de Cristo, cujo gram-mestre era o Infante D. Henrique, tôdas as terras descobertas e a descobrir até à Índia ⁽²⁾.

Ficava, assim, tôda a nossa acção fora da Península subordinada ao serviço de Deus, firmando-se desde logo o princípio de que deviam ser poupadas as raças indígenas, cujo progresso moral e material tinha de promover-se. Pelo tratado de Tordesilhas obrigaram-se os reis de Portugal e Espanha perante o Papa Alexandre VI a mandar às terras novamente descobertas homens de piedade e de sciência, capazes de instruir os povos daquelas partes na Fé Católica e nos bons costumes.

E vai começando a acção do clero secular, dos Franciscanos, Jesuítas, Dominicanos, Eremitas de Santo

⁽¹⁾ *Portugal — A sua acção missionária*, pág. 6.

⁽²⁾ *Brotéria*, vol. XIII, fasc. VIII.

Agostinho, Capuchinhos Italianos, Carmelitas, Lóios de S. João Evangelista, pelas margens do Senegal, Cabo Verde, Guiné, Serra Leoa, S. Tomé, Congo, Angola, Moçambique, ilha de S. Lourenço, Abissínia, Socotorá, Malabar, Bengala, Ceilão, Mogol, Tonquim, Sião, Cochinchina, Cambodja, Pegu, Tibete, China, Japão, Molucas, Timor, Brasil, etc., etc.

«Em 1486, vindo a Lisboa uma embaixada de Benim, com ela expediu D. João II missionários para aquela terra.

«Estes foram escolhidos entre religiosos, que, além das sagradas letras, eram entendidos nas Matemáticas, para que, nas horas que lhe vagassem da pregação, fôsem inquirindo alguma notícia da Índia pelo sertão daquelas Províncias, e do grande Rei do Abexim ⁽¹⁾.

Logo em 1488 chega a Portugal um rei negro da terra dos Jafolos (Senegal) a pedir socorro contra os seus inimigos. Recebe o baptismo e lá volta ao seu reino numa frota, onde iam

«...eclesiásticos que ensinassem e pregassem o Evangelho, e obreiros que edificassem um Templo ⁽²⁾.

Descoberto o Congo, procurámos atrair esse império à fé cristã, trabalho iniciado em 1482.

O cristianismo aí, segundo o P.^e António Barroso, não penetrou fundo, mas deixou tradições: ao lado do negroiro, do comprador de homens, e, em opposição a êle, levantava-se o missionário, a pregar o carinho e a bondade, e, assim, muitas dezenas de anos depois, os habitantes das povoações pertencentes aos missionários, diziam, como uma honra,

«ser escravos dos mesmos.

⁽¹⁾ Fr. Luís de Sousa, *História de S. Domingos*, p. II, liv. VI, cap. VI, cit. por Fortunato de Almeida na *História de Portugal*, vol. II, pág. 172.

⁽²⁾ D. Francisco de S. Luís, *Os Portugueses*, t. I, pág. 44.

Em 1604 começam os Jesuítas a missionar em Cabo Verde e percorrem o território desde a Guiné até à Serra Leoa (1).

Com os missionários que seguiram para o Congo em 1490 iam architectos e officiaes de cantaria e alvenaria para edificarem templos (2).

Foi superficial a evangelização, assim o julgávamos, por não persistirem aquêles resultados fulminantes que nos ofuscaram, mas a prova da importância de tal movimento ainda se encontrava em S. Salvador em 1880: os nossos exploradores, admirados, viram as ruínas de nove templos e das igrejas dos Jesuítas, do convento dos Capuchinhos e da Santa Casa da Misericórdia (3).

Quando Paulo Dias de Novais seguiu para Angola em 1574, acompanharam-no quatro Jesuítas, e a evangelização nesse reino toma grande incremento pela chegada dos Terceiros Franciscanos e dos Capuchinhos.

Expulsos de Angola os Jesuítas, em 1760, deixaram nos seus estabelecimentos alguns milhares de artífices indígenas, aos quais, além da catequese religiosa, iam ministrando o ensino profissional. Ainda hoje se conservam, transmitidas de geração em geração, as noções de leitura e escrita que êles espalharam em algumas populações nativas (4).

Em Moçambique fundaram os Franciscanos junto do rio Zaire, em Pinda, um convento cujas ruínas ainda viu D. António Barroso, e estenderam missões pelo Baixo Zaire (5).

Aí por 1560, dirigidos pelo P.^e Gonçalo da Silveira, chegaram os primeiros Jesuítas, que foram estendendo a sua actividade pelo rio Cuama, Quelimane e Zambeze.

(1) P. Fernão Guerreiro, *Relação Anual* cit., t. I, p. 2.^a, cap. VIII, IX e X (Coimbra, 1930).

(2) Fr. Luís de Sousa, *História de S. Domingos*, cit. por Fortunato de Almeida na *História de Portugal*, vol. II, pág. 173.

(3) Monsenhor Alves da Cunha, in *Portugal — A sua acção missionária*, pág. 6.

(4) *Idem, idem*, pág. 21.

(5) *Idem, idem*,

Foi notável a acção dos Dominicanos nas terras do grande império do Monomotapa, como se vê da *Etiópia Oriental* do dominicano Fr. João dos Santos.

Dois séculos antes da viagem de Livingston, o lago Niassa era descrito pelo P.^e Luís Mariano (1).

Desde 1557 a 1638 exercem os nossos missionários uma influéncia enorme na Abissínia, onde foram encontrar, não aquela almejada aliança entre o Rei de Portugal e o lendário Preste-João, mas sim dissabores, lutas tenazes, perseguições. Obras preciosas saíram dessa influéncia, obras publicadas recentemente pelo P.^e Camilo Beccari, S. J., na Itália, nos seus originaes, e que são da maior importância para o conhecimento da Geografia, da História, da Economia, da flora e da fauna (2).

Pela ilha de S. Lourenço, Socotorá, Indostão, Ceilão, por todo o Oriente enfim, onde chegava a espada do nosso guerreiro e mesmo onde ela não podia ferir, apareciam os missionários portugueses.

Em 1541, durante o govêrno de Estêvão da Gama, funda-se o Seminário da Santa Fé de Goa,

“para nêle serem educados e instruidos os
 “neófitos gentios e os meninos cristãos, filhos
 “de gentios convertidos, dos vários reinos
 “daquele Oriente (3).

Ali se educaram Canarins, Decanis do Norte, Malabares, Chingalas, Bengalas, Pegus, Malaios, Chinas e Abexis, logo no princípio da fundação.

Os Jesuítas portugueses, na sua expansão missionária, na Asia, dirigiram ou fundaram na terra do Padroado: na Província de Goa, 4 seminários e 9 colégios; na de Malabar 4 seminários e 13 colégios; na do Japão 4 seminários e 3 colégios, um deles no

(1) Francisco Rodrigues, *Os Jesuítas Portugueses na África Oriental*, pág. 59 (Pôrto, 1927).

(2) Colecção de 15 volumes intitulada *Rerum Aethiopiaeorum scriptores occidentales inediti a saeculo XVI ad XIX* (Roma, 1903-1917).

(3) D. Francisco de S. Luís, *Os Portugueses*, t. I, pág. 105.

Reino de Sião; na da China 1 seminário e 4 colégios (1).

Em 1547 manda El-Rei D. João III alguns Religiosos Franciscanos à ilha de Ceilão para ali prègarem o cristianismo, o que êles fizeram com êxito, edificando uma igreja.

A acção dos Franciscanos foi prejudicada mais tarde pelas violências, extorsões e inabilidade do Vice-Rei D. Afonso de Noronha (1551 a 1554), que queria obrigar o rei de Cota a fazer-se cristão

“como se tudo quanto êle acabara de praticar, não obrigasse êste príncipe a desprezar uma religião que um dos seus crentes, revestido da maior autoridade, desacreditava com excessos, que faziam horror aos próprios gentios (2).

Só numa aldeia um padre tinha feito passante de 300 cristãos.

Volveram séculos e ainda se encontram bem vivos os vestígios da nossa influência ali.

Para doutrinar no cristianismo os meninos das Molucas organizou-se um seminário por iniciativa de António Galvão, que às suas extraordinárias qualidades de soldado, marinheiro e escritor, aliava o maior zêlo pelas missões.

Em 1602 o jesuíta Bento de Góis, perito na língua persiana e noutras orientais, foi mandado em procura do Gram-Cataio.

Sai de Agra, tornea o Himálaia, atravessa o planalto de Pamir de oeste para leste, e, depois de viajar durante mais de três anos pelos sertões da Ásia, pelo norte do império do Mogol, chega a Su-cheu, na fronteira chinesa, identificando o Gram-Cataio com a China, onde veio a falecer em 1607 (3).

Pela mesma época passou da Índia à Pérsia como

(1) Serafim Leite, *Brotéria*, vol. XIII, fasc. VIII, pág. 74.

(2) D. Francisco de S. Luís, *Os Portugueses*, t. VI, pág. 195.

(3) Ernesto de Vasconcelos, in *Lusitânia*, fasc. VII, pág. 92 (cit. por Artur Viegas, no pref. de *Relação Anual*, pelo P. Fernão Guerreiro, pág. VIII).

embaixador o augustiniano Fr. António de Gouveia, que mais tarde atravessou os desertos da Arábia ⁽¹⁾.

Em 1624 saíu de Deli o P.^e Jesuíta António de Andrade em procura da cristandade do Tibete, aonde voltou dois anos mais tarde. A propósito escreveu o falecido historiador Estêves Pereira:

“...foi o primeiro europeu que ousou subir
 “as encostas do Himálaia, transpor as suas
 “montanhosas solidões perpétuamente cobertas
 “de neve, atravessar o deserto e entrar no
 “Tibete, donde enviou notícias certas e cir-
 “cunsciadas do que êle mesmo viu naquelas
 “inóspitas regiões e do que observou das fei-
 “ções e costumes dos seus habitantes ⁽²⁾.”

O apostolado dos nossos missionários no Japão dura uns três quartos de século, trazendo à fé cristã mais de 500.000 fiéis.

Os japoneses levantaram há anos em Nagasaki uma estátua em honra de S. Francisco Xavier. Pode simbolizar-se o apostolado neste santo homem que, tendo nascido biscaíno, aprendeu português, castelhano, francês e italiano, falava correntemente o latim, sabia o grego e tinha alguns conhecimentos do malaio e do japonês.

“Estranha gente esta do século XVI, exclama
 “Gonçalves Viana, ao pé da qual os mais
 “profundos políglotas modernos fariam triste
 “figura!

“Tanto podiam nêles a tenacidade, o lúcido
 “espírito, o empenho de converterem à sua fé
 “os mais variados povos, sem outra recom-
 “pensa, nem outro estímulo, nem outra glória,
 “além da satisfação da própria consciência ⁽³⁾.”

⁽¹⁾ D. Francisco de S. Luís, *Os Portugueses*, t. , pág. 112.

⁽²⁾ *Descobrimto do Tibet*, pág. 7 (cit. por Artur Viegas, no pref. da *Relação Anual*, pág. VIII).

⁽³⁾ Jordão de Freitas, in *Subsídios para a Bibliografia Portuguesa Relativa ao Estado da Lingua Japonesa*, pág. 73 (1905).

Ao reproduzirmos estas palavras, lembrem-me outras do Evangelho de S. Mateus. Jesus reúne os doze discípulos e dá-lhes instruções. Eis uma delas:

«E que quando vos levarem, não cuideis como, ou o que haveis de falar: porque naquela hora vos será inspirado o que haveis de dizer.

S. Francisco Xavier, tendo chegado à Índia em 1542, realiza em poucos anos uma obra imensa que deslumbrou todo o mundo.

Entre os missionários que trabalharam no Brasil é de justiça salientar os Jesuítas, pois a «Nova Lusitânia»,

«pode-se afirmar sem êrro, foi, em grande parte, um produto da vontade pertinaz e do espírito de sacrifício contínuo e superior dos discípulos da Companhia de Jesus»

proclama-o Ronald de Carvalho, o escritor brasileiro há pouco falecido (1).

«Surgiram na colónia ao lado de Tomé de Sousa, não só como os defensores dos aborígenes, mas também como os evangelizadores dos colonos, introduzindo o elemento moral, superior ao político e a qualquer outro, no meio das contendas físicas pela existência e das rivalidades dos apetites... (2).

Os trabalhos da catequese eram rudes e perigosos, não se furtando os padres aos maiores sacrifícios, como sucedeu na construção da igreja da Baía:

«As camas eram rédes, conforme os índios costumam, os cobertores o fogo para o qual os irmãos comumente acabada a lição da tarde,

(1) *Pequena História da Literatura Brasileira*, pág. 71 (Rio de Janeiro, 1922 - 2.^a ed.).

(2) Oliveira Lima, in *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, vol. III, pág. 287.

«iam por lenha ao mato e a traziam às costas
«para passarem a noite; o vestido era muito
«pouco, pobre e de pano de algodão (1).

Mas, se era inquebrantável a tenacidade dos catequistas, não merecia menos respeito a resistência tenaz à influência entorpecedora do clima e a luta contra o espírito egoísta e ganancioso de muitos colonos.

De entre todos os missionários justo é salientar o P.^o Manuel da Nóbrega e o P.^o José de Anchieta, exercendo êste no Brasil papel semelhante ao de S. Francisco Xavier no Oriente.

Anchieta, «o mais antigo vulto da história intelectual do Brasil», como lhe chamou Ronald de Carvalho, podendo ter levado uma vida de prazeres nos melhores centros do mundo, preferiu a convivência dos índios.

«...Sabia compor em prosa e verso, tanto
«em tupi e latim, quanto em português e espanhol, autos e canções, diálogos e orações.

«Filólogo notável, em pouco tempo entrou
«nos segredos do idioma brasileiro, servindo-lhe
«muito êsses conhecimentos para o trato e do
«mesticação dos selvagens (2).

Eis um pequeno quadro de terra brasileira desenhado por Anchieta:

«Os perigos e trabalhos que nesta se passam
«pela diversidade dos lugares a que acodem...;
«e perigos de cobras de que há grandíssima
«cópia...; perigos de onças e tigres...; perigos de inimigos de que algumas vezes, por providência divina, têm escapado; tormentas por mares e naufrágios; passagem por rios caudalosos, tudo isto é ordinário; calmas muitas vezes excessivas...; frio, principalmente

(1) Simão de Vasconcelos, *Chronica da Comp.^a de Jesus*, cit. por Lúcio de Azevedo em *Os Jesuítas no Grão-Pará*, pág. 36.

(2) Ronald de Carvalho, obra cit., pág. 71.

“na capitania de S. Vicente do Congo, onde
“já por vezes se acharam Indios mortos de
“frio... (1).

*

* *

Pela Lei de 3 de Setembro de 1759 extinguiu o Marquês de Pombal as missões dos Jesuítas, que se estendiam por tôdas as nossas conquistas, destruindo assim abruptamente uma obra formidável que nenhum estadista, por mais genial que fôsse, podia substituir de um momento para o outro.

A obra pombalina de extermínio da Companhia chamou Eduardo Prado um novo Alcácer-Quebir para o império colonial português (2).

Não contente com a proibição de ensinar, ordenou o Ministro que fôsse abolida a memória das escolas, como se pudesse impor-se o esquecimento a uma obra majestosa que durava há mais de dois séculos...

Expulsos os Jesuítas, ordenou o Marquês que os novos padres ensinassem na língua portuguesa e não nas brasílicas. Nem os selvícolas entendiam os Vigários, nem estes os subordinados (3).

Imaginou o Marquês que lhe era possível destruir por um decreto, que ninguém podia discutir, pois isso seria um crime de lesa-majestade, a obra levada a cabo por homens como Gonçalo da Silveira, António de Andrade, S. Francisco Xavier, Manuel da Nóbrega e José de Anchieta.

E a verdade é que a sua mão de ferro conseguiu manter no limbo durante mais de um século relatórios e cartas importantíssimos para a literatura e para a ciência, e que nós hoje, um pouco desentorpecidos

(1) Pinheiro Chagas, *Migalhas da História Portuguesa*, pág. 74 e seg.

(2) Cit. pelo P. Luís Gonzaga Cabral no prefácio da obra ainda inédita do P. José Caeiro, *Sobre o Exílio das Províncias Transmarinas... da Companhia de Jesus*. (A obra, escrita em latim, existe na Biblioteca Real de Bruxelas, e foi traduzida pelo P. António Vaz Serra).

(3) P. Caeiro, obra cit.

da pressão esmagadora, começamos a ler e a estudar, depois de as vermos exalçadas pelas nações estranhas.

Depois de salientar a importância das *Cartas* dos Jesuítas, em notas reveladoras de grande espírito de observação, de probidade e inteligência, D. Manuel II deixou registado na sua obra monumental *Livros Antigos Portugueses* o seu parecer sôbre os padres da Companhia:

«Verdadeiros obreiros do nosso império que
«tudo podiam fazer porque acima da coragem,
«da energia, da inteligência e da disciplina,
«possuíam aquela fé absoluta que transporta
«montanhas (1).

Pinheiro Chagas, educado na escola liberal, confessa que teríamos abandonado o Brasil, sem o esforço dos Jesuítas, e cita a propósito a ruína de João de Barros, o autor das *Décadas*, a desistência de Francisco Pereira Coutinho, donatário da Baía, o desânimo do próprio Martim Afonso de Sousa.

«No século XVI, sustenta êle, na Índia e no
«Brasil a Companhia de Jesus foi o grande elemento organizador, o verdadeiro instrumento
«da civilização e do progresso.

Mas, cheio de horror ao «jesuítismo», acrescenta que a Companhia, passado o seu período, deixou de ser arma de progresso para ser de retrocesso, pois que a enxada, cavando sempre, estragaria a colheita.

¡ Não se pode ser mais ignorante sôbre o papel da enxada na lavoura!...

Ora ainda está por semear uma grande parte do Brasil, onde foram aliás recebidos de braços abertos os Jesuítas expulsos de Portugal em 1910; as missões Jesuítas da Zambézia ainda tinham muito que arro-tear quando as substituímos por estrangeiros, prejuízo

(1) Vol. II, pág. 407.

para a Pátria e para o espírito de continuidade, essencial na obra missionária.

Aos religiosos que venciam a peçonha das serpentes, as garras das feras, as traições dos canibais, as tormentas do mar, as calmas e os frios excessivos, deu-se como recompensa a prisão de surpresa, o passeio de cárcere em cárcere e o sequestro dos bens.

Assim se procedeu em Moçambique, em Damão, Dio, Goa e Macau ⁽¹⁾, sem respeito nenhum pelos homens que, segundo o mesmo Pinheiro Chagas, na sua *História de Portugal* ⁽²⁾, instruídos não só nas Ciências, mas também nas Letras, construíam pontes monumentais na Abissínia, propunham ao rei de Sião encarregar-se de trabalhos hidráulicos destinados a tornar completamente navegável o rio Mecom, e demonstravam na China grandes conhecimentos de música e cosmografia.

Tomás Ribeiro, educado na mesma escola de Pinheiro Chagas, inimigo dos Jesuítas, não se peja de escrever que, antes de «se tornar daninha a árvore secular do jesuitismo», havia prestado grandes serviços. E, assim, salienta:

«...a incontestável habilidade dos congregados de Santo Inácio de Loiola; a grandeza das suas obras, e, até, quando era mister, a dos seus sacrifícios; as suas largas vistas e vastos conhecimentos em todos os ramos do saber humano, que para tudo tinham homens; a suave luz que se ia fazendo nas trevas da gentilidade; a verdade da doutrina; o conteúdo da caridade... ⁽³⁾.

Põe em confronto a evangelização dos Jesuítas com a de certos missionários, que desejavam converter os gentios pela violência.

E' muito curioso registar na mesma obra em que T. Ribeiro exalta o Marquês de Pombal, pondo-o

⁽¹⁾ *Migalhas da História de Portugal*, pág. 177.

⁽²⁾ T. IV, pág. 22 (Lisboa, 1900).

⁽³⁾ *Jornadas*, pág. 71.

quási a par de Afonso de Albuquerque, um caso de intolerância.

O Vice-Rei D. Luís de Mascarenhas, Conde de Alva, chegado à Índia em 1754, e mais tarde morto misteriosamente, adoptou uma medida liberal, a única do seu govêrno segundo o autor das *Jornadas* :

“o convite aos gentios de Pernem para
 “virem agricultural as suas terras, podendo er-
 “guer os seus pagodes e viver com a sua reli-
 “gião, único meio de povoar a província. Pois
 “esta medida, continua êle, foi-lhe reprovada
 “no reino, onde o Marquês de Pombal, que
 “perseguia os Jesuítas mais por ódio político
 “do que por espírito liberal, porque êle ajoe-
 “lhava aos pés dos inquisidores e no seu poder
 “se amparava, para ostentar espírito religioso,
 “mandou destruir de novo os pagodes e per-
 “seguir ali a gentilidade.

Vem a propósito frisar que o ódio aos Jesuítas derivou em grande parte das culpas que se lhes atribuíam nas revoltas dos índios a oriente do Paraguai, culpas que êles aliás rejeitavam.

E os pobres índios tinham razão; viviam em número de 30.000 nas suas aldeias, organizados pelos Jesuítas espanhóis. De repente surge o tratado de 13 de Janeiro de 1750, entre Portugal e a Espanha, em virtude do qual os pobres habitantes daquele território tinham de as evacuar para serem entregues a Portugal. Os índios resistiram durante três anos, e essa resistência, aliás humana, não pôde ser compreendida pelo homem que hoje nos habituamos a ver arvorado como bandeira do espírito liberal.

Tornou-se um lugar comum desde o meado do século XVIII attribuir aos Jesuítas os maiores defeitos. A palavra *jesuíta*, serviu desde então como um ferrete para marcar o tipo do hipócrita, lançada aliás por vezes por indivíduos bem pouco seguros nas suas convicções religiosas ou políticas...

Acusaram-nos de uma obediência cega aos seus chefes, de espírito escolástico e de um poder mágico de captação.

Quanto à obediência, devemos reconhecer, pela própria circunstância de a Companhia ficar acima da desordem que se notava noutras comunidades, que era necessária.

Sem a obediência cega dos tripulantes ao chefe não teria Vasco da Gama chegado a Calicute, não teria Fernám de Magalhães atravessado o Estreito, não teria Afonso de Albuquerque conquistado Ormuz, Goa e Malaca...

Quanto aos métodos do ensino, eram os mais perfeitos da época, como o demonstra Lúcio de Azevedo, citado por Menezes Bragança (1). Na obra dêste escritor, bem insuspeita pelo pouco amor que revela às Congregações, se verifica ter falhado por completo o plano do ensino criado pelo Marquês de Pombal para a Índia, a-pesar-de nêle haver uma

«cadeira da história das conquistas do
«Oriente, dos progressos que nesta parte
«do mundo fêz a Religião *antes de entrarem*
«nela os Jesuítas, dos meios com que haviam
«dilatado a mesma religião os primeiros ilus-
«tres varões por quem foi propagado e dos
«modos pelos quais a cobiça e a malícia, dete-
«riorando a mesma religião desde o princípio
«da sua infausta decadência.

Se o ensino era dogmático, vê-se que mais dogmático ficou ainda. Para o Marquês de Pombal... a influência de S. Francisco Xavier tinha sido pernicioso!...

À companhia de Loiola, sucede a do Oratório; à Arte do P. Manuel Álvares, a nova gramática de António Pereira de Figueiredo (2).

Pombal criou o imposto de subsídio literário para manter as escolas estabelecidas na Índia. Chegou a render 33.000 xerafins, dos quais iam para o ensino apenas 8.000.

(1) *A Educação e o Ensino na Índia Portuguesa*, Nova-Goa, 1922, pág. 72.

(2) Lúcio de Azevedo, cit. por Menezes Bragança, obra cit., pág. 74.

O governador Veiga Cabral dizia que a cadeira de Retórica tinha dois alunos, que o mestre subsidiava para não faltarem à aula, e a de Filosofia ia quasi pela mesma (1). Parece que estamos a ver algumas Escolas Primárias Superiores e Complementares criadas na provincia há alguns anos...

Vê-se que os métodos não melhoraram, e a decadência do ensino na Índia veio quasi até aos nossos dias: falta de professores habilitados e falta de *materiaal escolar*.

Achei sempre curioso que se atacassem os processos de alguns colégios dos séculos XVII e XVIII, quando eram os seguidos geralmente em todos os colégios do mundo. Era a educação humanista que predominava, e essa educação, profunda, intensa, era tam má que dèsses colégios saíram escritores notáveis, sábios, artistas, soldados, etc., na França, na Espanha, em Portugal. Como os não havia melhores, a êles mandavam educar os seus filhos até os protestantes.

Os mestres eram incompetentes, mas das suas mãos saíram homens como o P.^e Manuel Bernardes, e D. Francisco Manuel de Melo, que por êles conservou sempre a maior admiração.

Alguns escritores atacam furiosamente os Jesuítas pelo facto de nos seus colégios usarem os castigos corporais no século XVII.

Era bom que o seu espírito humanitário abandonasse as eras remotas, onde já não podem valer aos alunos, e viessem até às escolas dos nossos dias... Passaram-se séculos, e rumores, que chegam de vez em quando à imprensa diária, provam não ter desaparecido completamente o processo.

Vêem na lei a disposição que proíbe os castigos corporais e... dão-se por satisfeitos. Santas criaturas!

Acusam-se os Jesuítas de captar o espírito dos povos.

E' verdade, mas a mesma táctica seguiam os

(1) Menezes Bragança, obra cit., pág. 76.

nossos conquistadores mais inteligentes, desde Afonso de Albuquerque até Mousinho e Celestino da Silva.

Não podemos confiar nas conversões, porque eram obtidas em massa e pela violência, dizem muitos.

Encontramos êsses erros por vezes, infelizmente. Os inimigos da nossa Fé, já sustentava o célebre bispo D. Jerónimo Osório, deviam ser atraídos pelo exemplo, pela persuasão e nunca pela violência.

Mas a verdade é que encontrei muitos casos de revolta dos missionários contra o procedimento de alguns capitães, que, dizendo-se cristãos, o não mostravam pelas suas obras.

E' o caso dos ceilonenses: o autor da *Descrição da cidade de Columbo* revolta-se contra a falta de espírito cristão de alguns portugueses, como D. Afonso de Noronha, que iam inutilizando o trabalho evangelizador começado sob os melhores auspícios.

¿ Mas poderemos nós, homens do século XX, condenar os nossos antepassados dos séculos XVI e XVII, pelos seus processos de fazer prosélitos, se observamos nos nossos dias o extermínio dos adversários sem dó nem piedade em nome dos princípios saídos da Revolução Francesa, que afogou em sangue todos aqueles que contra ela se pretendiam levantar?

¿ Não vimos o que se passou na Rússia, na Alemanha, na Itália, na Espanha, no México, em Cuba, etc.?

¿ Cometiam os portugueses algumas crueldades, que nem êsse nome merecem, pois não chocavam o parecer comum da época em que eram praticados?

E' certo. Mas... curvemo-nos respeitosamente ante o espírito magnânimo, cristão, dos nossos antepassados, que não exterminavam os indígenas das terras que iam descobrindo, antes pelo contrário os acarinhavam, cruzando-se com êles sem repugnância.

Compare-se a nossa obra com a dos espanhóis e dos americanos, por exemplo.

«O que se chama na linguagem moderna recrutamento missionário nos países de missão, pô-lo em prática Portugal desde a primeira hora.

E não só missionários, mas até bispos. Em 1520 D. Manuel I pedia ao Papa que fôsse consagrado bispo um negro...

Entre os mártires da Companhia de Jesus no Japão (111) contam-se 66 naturais" (1).

*

* *

Pelo art.º 1.º do decreto de 30 de Maio de 1834, lavrado por Joaquim António de Aguiar,

"...foram extintos em Portugal, Algarve, «Ilhas Adjacentes e *domínios portugueses* todos «os conventos, mosteiros, colégios, hospícios «e quaisquer casas de religiosos de tôdas as «Ordens Regulares, fôsse qual fôsse a sua deno-
«minação, instituto ou regra.

Ora, se as Ordens Religiosas prestaram, como vimos, grandes serviços a Portugal no século XVI e se continuaram a prestá-los nos séculos XVII e XVIII, é inegável que muitos defeitos se foram introduzindo nelas e freqüentes rivalidades entre uma e outra Ordem davam origem a escândalos.

Para frisar a decadência de várias congregações, não é preciso recorrer aos documentos oficiais já publicados, às obras de sectários e aos romances. Basta lermos as obras de escritores como o Padre Manuel Bernardes.

Ninguém poderá negar a indisciplina que por vezes reinava, as revoltas surdas, as guerras declaradas dentro da mesma comunidade e mais vulgarmente, de umas para as outras.

O espírito religioso esmorecia por vezes para dar origem à manifestação dos sentimentos mais vulgares no homem: o orgulho, a vaidade e o ódio.

E missionários havia que preferiam a viver dos bons centros aos trabalhos do sertão (2).

Da pouca simpatia dos Beneditinos pelos Jesuítas reza o *Diário do Mosteiro de Travanca*, onde àqueles foi dado o epíteto de famigerados, onde se classifica

(1) P.º Serafim Leite, *Brotéria*, vol. XII (1931).

(2) Em 1825 havia apenas sete congreganistas em Moçambique.

a sua Moral de «corruptíssima e depravadíssima» e onde se regista a suspeita de serem êles envenenadores de Clemente XIV.

Os monges de S. Jerónimo e os dominicos não são poupados também.

Dominava então o Marquês...

Era o século a influir nas Casas Religiosas, cuja depuração se impunha, quando elas se afastavam dos seus fins.

Menezes Bragança, na sua obra *A Educação e o Ensino na Índia Portuguesa* cita casos graves dos Religiosos de Santo Agostinho, Capuchos, Franciscanos e Carmelitas.

Poupam-se nessa obra, quanto aos costumes, os Jesuítas e até certo ponto os Dominicanos.

Impunha-se, como salientou Fortunato de Almeida ⁽¹⁾, o desaparecimento dos comendatários, o libertação da ingerência civil na escolha dos abades, uma reforma profunda enfim no recrutamento e consequentemente a redução no número de conventos.

Não quiseram os reformadores liberais enveredar por aí...

Na sua ânsia de apagar os vestígios do mundo velho, desprezaram altivamente pedras muito respeitáveis, mesmo aquelas que podiam servir, e tam bem tinham servido à solidez e à elegância do edificio.

Sustenta Raúl Lino, êsse architecto tam português, que, ao edificarmos uma casa, não temos que discutir os materiais próprios para o edificio; os materiais devem ser os existentes no lugar da construção.

Mas os liberais, sinceríssimos aliás muitas vezes, julgariam desonrados os seus pergaminhos (extintos os privilégios, uma nova fidalguia surgiu, como é bem sabido...) se baixassem os olhos para o solo português: foram buscar quasi todos os materiais ao estrangeiro, e dentro em pouco o salitre daninho minava as paredes do extravagante e exótico templo que os seus architectos enfatuadamente consideravam indestrutível e immortal.

(1) Obra cit., vol. II, pág. 172.

Desde que vencem uma revolução, os pobres revolucionários começam sempre por *decretar* que ela será a última... e, por mais tremendas que sejam as lições da história, ingénuos uns e mal intencionados outros, não enxergam para além do círculo estreitíssimo dos seus preconceitos, dos seus interesses ou dos seus ódios.

As desilusões sucedem-se... ¿Mas isso que importa?

E assim viemos de consêrto em consêrto, de remendo em remendo até aos nossos dias!

Extinguiram-se radicalmente as Ordens e as riquezas acumuladas nas casas religiosas durante centos de anos, algumas das quais tinham escapado à voracidade dos espanhóis e dos franceses, foram quasi abandonadas, e dêsse quasi abandôno aproveitaram muitos descendentes dos colonos antigos, inimigos das missões (4).

Perante a luta que se estabeleceu entre liberais e realistas, luta lamentável entre irmãos, luta mais de ódios que de princípios, luta injustificável porque o mundo velho devia transigir no corte dos ramos já secos da velha árvore e o mundo novo devia respeitar as raízes desta porque à sombra da sua copa tinha que se deitar, podem muitos admitir a extinção das Ordens Religiosas em «Portugal, no Algarve e nas Ilhas Adjacentes».

Mas nos nossos domínios, santo Deus!

¿Podíamos nós por ventura demonstrar a nossa ocupação efectiva, exhibindo apenas os padrões, a princípio de madeira e depois de pedra, que foram derramando pelas costas dos mares até então desconhecidos?

¿Não teríamos nós de colhêr todos os elementos possíveis para demonstrar ao mundo que *ocupávamos* as terras por êle tam desejadas?

(4) *Rev. Univ. Lisbon.*: «Quando em Portugal se decretou a supressão das Ordens Religiosas houve tanto vandalismo civilizado e tanta indiferença para as cousas da arte e da história, tanto descaminho vergonhoso e infamante, que fôra um longo, um eterno escrever se quiséssemos comemorar os largos trechos desta dolorosa catástrofe.»

Lembro-me agora de um rapaz de 17 anos, José de Castro Silva, herói autêntico de 31 de Janeiro, vizinho da minha aldeia, aluno da Escola de Fernando Pires de Lima, esquecido na hora da vitória, como é de regra, e que uma febre vitimou em Angola quando êle dava a certeza de vir a ser um colonial eminente.

Escrevia êle do seu degrêdo em 1893:

“A cada passo, nesta parte de Angola, se encontram ruínas de conventos que eram ou-
tras tantas escolas industriais de que os pretos conservam bem viva a tradição, e da sua influência resultou uma espécie de homens muito característica por ter transmitido de pais a filhos a leitura e a escrita que lhes foi ensinada pelos padres, e são quasi sempre os conselheiros dos inúmeros sobas que por aí existem.

E, vendo o perigo da penetração estrangeira, apela para as missões:

“Só elas podem livrar-nos dos terríveis inimigos... [Os pretos] não estão aptos para usar das liberdades que a justificada exaltação e a febre das liberdades de 1834 atiraram de súbito ao meio do sertão (1).

Capelo e Ivens, na sua obra “De Angola à Contra-Costa”, dão-nos conta de umas ruínas encontradas por êles no Zumbo, pertencentes ao convento fundado no século XVIII por Frei Pedro da Santíssima Trindade.

Tam venerada era a memória do frade, que, segundo corria entre os indígenas, o seu espírito encarnado no corpo de um leão, vagueava pelo Zumbo, aconselhando aqueles com quem simpatizava.

(1) Sobre as Missões de Angola e Congo, vid. *Quarenta Anos de Africa*, por Mons. Luiz Alfredo Keiling... (Fraião, Braga, 1934).

Aprofundando bem a nossa história, havemos de reconhecer que os feitos mais notáveis dos exploradores modernos como Livingston e Stanley reproduzem apenas as viagens pelo sertão dos nossos missionários (1), realizadas aliás em circunstâncias muito mais difíceis.

E deixou-se apagar uma tradição tam linda por amor aos preconceitos, e andamos apagando criminosamente as pègadas dos nossos antepassados que demonstravam os nossos direitos iniludíveis...

(Continua).

AUGUSTO CÉSAR PIRES DE LIMA.

(1) O Missionário Luís Mariano descreveu o lago Niassa e o Rio Chirè dois séculos antes do descobrimento feito por aqueles exploradores. — Francisco Rodrigues, *Os Jesuitas Portugueses na Africa Oriental*, pág. 9 (Pôrto, 1927).